

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

28 DE JUNHO DE 2024



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE 28 DE JUNHO DE 2024

No dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no auditório Tomás Ribas, no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

- 1) Aprovação da ata em minuta no final da sessão; -----
- 2) Apreciação da informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
- 3) Proposta de atribuição de Despesas de Representação ao Chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social da Câmara Municipal de Viana do Alentejo; -
- 4) Proposta de atribuição de Despesas de Representação ao Chefe da Divisão de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Viana do Alentejo; -----
- 5) Proposta de aprovação da 18.ª alteração orçamental, que integra 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 2.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 6) Proposta de aprovação da 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e constatando a falta da primeira secretária, declarou que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Regimento, nas faltas e impedimentos do primeiro secretário este é substituído pelo segundo secretário. Assim, na ausência da primeira secretária Marília de Jesus Vaz Rasquinho as funções de primeiro secretário foram exercidas pelo membro Nuno José Caeiro Grave. -----

O Senhor Presidente da Assembleia utilizou então a faculdade prevista no n.º 4 do artigo 16.º do Regimento, designando o membro Sara Patrícia Galega Rodrigues, para integrar a mesa na qualidade de segunda secretária. -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros:

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu
- Maria Teresa Cavalete Ferro Grilo Gomes-----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário -----
- Joaquim António Vilalva Teixoeira-----
- Sara Patrícia Galega Rodrigues, na qualidade de segundo secretário -----
- António Manuel Dimas Grosso -----
- José Jacinto Bento Grave-----



- José Fernando Nazaré Pereira
- José Francisco Ramalho Oliveira
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes
- Manuel Jorge de Matos Rafael
- Cecília Isabel Pinto Lopes
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino
- Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva
- João de Deus Carapeto Fialho
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo,
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas.

O membro Marília de Jesus Vaz Rasquinho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Maria Teresa Cavalete Ferro Grilo Gomes. -----

O membro Vítor Manuel Lôpas Fialho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Joaquim António Vilalva Teixeira. -----

O membro Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho, fez-se substituir pelo membro José Jacinto Bento Grave. -----

O membro Bernardino António Bengalinha Pinto, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Fernando Nazaré Pereira. ----

O membro Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Francisco Ramalho Oliveira.

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. -----

O membro Ricardo Filipe Malagão Soldado mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva. -----

No Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava disponível para quem a quisesse consultar. -----

Procedeu-se de seguida à votação da proposta da ata relativa à sessão extraordinária de 30 de outubro de 2023. Após as correções sugeridas, a mesma foi aprovada com quinze votos favoráveis.



Não votaram os membros Maria Teresa Grilo Ferro Cavalete Gomes, Joaquim António Vilalva Teixoeira e Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

De seguida, verificou-se a intervenção do membro José Oliveira que deixou uma nota de agradecimento ao Município de Viana do Alentejo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pela ajuda prestada nas cerimónias fúnebres da sua filha, com a disponibilização de um autocarro para a população de Aguiar. -----

O membro José Oliveira solicitou o registo em ata daquele ato de louvor. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Manuel Rafael que começou por referir “que não entendia a forma como os espaços verdes eram geridos em Viana do Alentejo e que era preciso chegar a situações extremas para o Município intervir”. Disse também que a manutenção era palavra vã, mas que não seria, certamente, por falta de água” -----

“Se pensarmos que Viana ostenta, orgulhosamente os seus fontanários, a jorrar água continuamente dia e noite, como poucas terras se podem gabar, tirar proveito desse aparente e esgotável recurso, é outra história” – afirmou. -----

Este membro disse que este assunto, vinha a propósito do mau estado em que se encontrava o Jardim do Rossio, “completamente abandonado e entregue a si próprio”. “Até mete dó! - exclamou. -----

Por arrastamento, a Fonte das Freiras, situada no mesmo local, estava também “num estado confrangedor”. -----

Relativamente à Quinta da Joana também não vinham “boas notícias”, não só pela vegetação seca e abundante, mas também pela adiada intervenção que diz respeito ao nivelamento do piso da pista. -----

Referindo-se ao Jardim do Altinho, o membro Manuel Rafael fez alusão ao desaparecimento, quase total, da bela coleção de plantas autóctones que ali habitaram até há pouco tempo. ---

Proseguindo, disse que nos canteiros sobrava a terra e as mangueiras do sistema de rega que, provavelmente nem funcionavam. -----

Quanto aos Parques Infantis que, supostamente, tinham sido todos reprovados pela inspeção da ASAE- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, referiu que continuavam todos a funcionar com os mesmos equipamentos, que estavam mais degradados e com pisos “que eram verdadeiras armadilhas para as crianças”.-----

Abordando outro tema e dado que a situação se vinha agravando, o membro Manuel Rafael voltou a insistir na questão relativa à Senhora D’Aires e adiantou que não iria pronunciar-se sobre o que cada um publicava nas redes sociais. -----

Da sua parte, havia muito tempo que fazia questão de divulgar e promover, de certa forma, o que o Concelho tinha de melhor, sob a forma de fotografia – afirmou. -----

Neste sentido, disse que tinha publicado há algum tempo, uma fotografia do Santuário, com um enquadramento bem florido e apelativo, numa página de um grupo com algum prestígio, a “National Geographic”, a qual tinha merecido o seguinte comentário “Encontrámos este tesouro por acaso, numa viagem pelo Alentejo. Vale a pena o desvio”. -----

Este membro disse que não conhecia o autor do comentário, mas verificou que era uma pessoa de Leiria. -----



Em sua opinião, aquele comentário refletia bem a falta de visão estratégica e o subaproveitamento de um recurso que poderia fazer as "delícias de muitos concelhos deste país." -----

Continuando sua intervenção, mencionou que tinha conhecimento de uma visita de um grupo de pessoas seniores, que teve a oportunidade de apreciar o que há de melhor no concelho. Acrescentou ainda que sabia que a iniciativa partiu de alguém com ligações a Viana do Alentejo, o que, naturalmente, facilitava o processo. No entanto, o membro Manuel Rafael considerou que a oferta de um pacote turístico daquele tipo, centralizado no Santuário, Paço dos Henriques, os Chocalhos, a Olaria, o Núcleo Museológico, a coleção de Artesanato de José Manuel Água Morna, o Castelo, o Cante Alentejano, restaurantes locais, Universidade Sénior, entre outros, poderia ser mais explorada. -----

Este pacote turístico destinar-se-ia à população sénior, sem excluir as escolas ou outros eventuais interessados- acrescentou. -----

Reconheceu que “tudo isto daria muito trabalho, mas sem ele nada se fazia”. -----

Ainda na sua intervenção, este membro deixou a sugestão de colocação de um outdoor, em Évora, com o objetivo de promover o Santuário como destino. Seria “ouro sobre azul”! –disse.

A terminar a sua intervenção, colocou quatro questões: -----

1) Para quando estava prevista uma intervenção no Jardim do Rossio, em Viana do Alentejo?

2) Quando vão ser requalificados os Parques Infantis do Concelho? -----

3) Tenciona o Município repor os lancis da envolvente da Senhora D’Aires, de forma a impedir o trânsito em frente aos Santuário. -----

4) Existe a possibilidade de requalificação do Bairro das Casas Pré-Fabricadas em Aguiar, no âmbito do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, ser cancelada? -----

Em seguida, usou da palavra o membro Célia Sabino, que em representação dos eleitos do VIVA, apresentou dois votos de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Sítima e do Senhor José Manuel Água Morna:

“VOTO DE PESAR

Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Sítima.

Os eleitos pelo VIVA apresentam o seu Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Francisco António Sítima.

Com muito pesar tomamos conhecimento do falecimento do Senhor Francisco António Sítima. Faleceu na quarta-feira, dia 15 de Maio, aos 97 anos.

Um Homem de causas, fez a sua ação política, que foi principalmente visível no concelho de Viana do Alentejo, onde ao nível autárquico ocupou o lugar de vereador na Câmara Municipal de Viana do Alentejo, eleito pelo PPD/PSD, no período 1993-1997.

A sua atividade também se fez no sentido cívico, principalmente como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo durante bastantes anos (1992-2009), onde deixou uma obra notável.



Foi-lhe atribuída a Medalha de Honra do Município no dia 13 de janeiro de 2015 (no âmbito das Comemorações do feriado Municipal). O Município de Viana do Alentejo decidiu agraciar o munícipe Francisco António Sítima com a Medalha de Honra Municipal, pelo inestimável contributo que deu para o desenvolvimento social e humano do concelho, o qual foi responsável pelo destino da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo durante quase duas décadas.

Investido dos seus papéis cívicos, Francisco António Sítima contribuiu de forma meritória ao serviço dos nossos cidadãos e para elevar a sua consciência de cidadania.

A sua morte constitui uma perda irreparável e deixa desolados os seus familiares e amigos.

A coligação VIVA, endereça à família e amigos sentidas condolências.

Cecília Lopes

Célia Sabino

João Fialho

Fernando de Brito e Silva

Frederico Carvalho

Solicitamos que, após votação e aprovação do Voto de Pesar, seja dada publicidade do mesmo, junto da respetiva família e munícipes, através das redes sociais e dos órgãos de comunicação disponíveis do concelho/distrito.”

“VOTO DE PESAR

Os eleitos pelo VIVA apresentam o seu Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Manuel Água Morna

No dia 9 de junho faleceu o nosso conterrâneo José Manuel Água Morna.

José Manuel Água Morna era uma figura incontornável no concelho de Viana do Alentejo. Era fácil encontrar e conversar com esta magnífica pessoa, todos os dias, na Praça da República ou no Café Central em Viana do Alentejo. Era um homem de trato simples, humilde e sempre disponível para uma longa conversa. Das recordações do seu saudoso Moçambique ao dia a dia de Viana do Alentejo, muitos eram os pretextos para uma troca de palavras.

José Manuel Água Morna era um verdadeiro autodidata. Desde trabalhar o ferro, a madeira, materiais elétricos e muitos outros materiais, tudo lhe era possível para criar e recriar, ou pura e simplesmente para desenrascar um vizinho.

Mas foi essencialmente através do trabalho em madeira que o artesão José Manuel Água Morna se apresentou com as suas obras. As suas obras e as suas personagens contam histórias do Alentejo. Contam histórias de um Mundo Rural Alentejano vivo, mas cada vez mais esquecido! Cada uma das suas personagens tinha vida própria, entre amores, zangas, traições, encontros, sucessos e realizações. Não eram personagens estáticas!

Durante muito tempo as suas criações estiveram ligadas á agricultura, mas sobretudo ao mundo rural. Posteriormente criou uma coleção notável de esculturas dos diabos.

Esta coleção única, de um espólio com um elevado valor artístico e uma mais valia para o património cultural local e regional, pertence à Câmara Municipal de Viana do Alentejo, e é visitável, através de uma exposição permanente, no edifício da antiga Biblioteca de Viana, na Praça da República, onde está também instalado o Núcleo Museológico.



Para além de artista, José Manuel Água Morna desenvolveu uma atividade cívica de notável importância. Quis o destino que a sua morte ocorresse num dia de eleições. Devemos evidenciar o valor José Manuel Água Morna enquanto artista, cidadão ativo, mas principalmente enquanto ser humano.

Com a Morte do José Manuel Água Morna, a Cultura e o Artesanato da região Alentejo ficaram claramente muito mais pobres.

A coligação VIVA, endereça à família e amigos sentidas condolências.

Cecília Lopes

Célia Sabino

João Fialho

Fernando de Brito e Silva

Frederico Carvalho

Solicitamos que, após votação e aprovação do Voto de Pesar, seja dada publicidade do mesmo, junto da respetiva família e munícipes, através das redes sociais e dos órgãos de comunicação disponíveis do concelho/distrito."

A leitura dos Votos de Pesar foi seguida pela intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, que expressou total concordância com os dois documentos apresentados. No entanto, fez uma correção importante no Voto de Pesar referente ao Senhor Francisco Sítima, destacando que o período autárquico mencionado deveria ser 1994-1997, e não 1993-1997, como estava inicialmente indicado. O Senhor Presidente da Assembleia explicou que, embora as eleições tenham ocorrido em 1993, a posse do executivo ocorreu no primeiro dia útil de janeiro de 1994. -----

Além disso, o Senhor Presidente da Assembleia realçou que teve o prazer e o privilégio de trabalhar muito com o Senhor Sítima, principalmente durante o período em que este ocupou o cargo de Provedor da Misericórdia, coincidindo com as suas funções de Presidente de Câmara. -----

O Senhor Presidente da Assembleia reconheceu a grande perda que representou o falecimento do Senhor Francisco Sítima, destacando a importância do seu trabalho e a relevância de sua contribuição para a comunidade. -----

Procedeu-se, de seguida, à votação dos Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Sítima e do Senhor José Manuel Água Morna, tendo ambos sido aprovados por unanimidade. O Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas, Frederico Carvalho, fez uso da palavra, começando por saudar todos os presentes na sessão. Em seguida, informou que tinha algumas questões a colocar, sendo uma delas relativa à "orgânica da própria Assembleia Municipal", para a qual solicitou a colaboração do Senhor Presidente da Assembleia. -----

O membro Frederico Carvalho chamou a atenção para a dificuldade de acesso aos documentos das sessões da Assembleia Municipal, que eram enviados pela plataforma Gestiona. Mencionou que, assim como ele, outros eleitos do VIVA também enfrentavam esse problema. Além disso, salientou que, com base na sua experiência em Assembleias Municipais, os documentos costumavam permanecer disponíveis para consulta, independentemente do tempo que passasse. -----



Embora fosse possível resolver a situação com a ajuda de colegas que imprimiam os documentos, o membro Frederico Carvalho afirmou que era importante que esses documentos permanecessem acessíveis, pelo menos, aos deputados municipais, para garantir o pleno acesso público à informação. -----

Em sua opinião, a sugestão apresentada era válida, pois poderia "acrescentar valor aos serviços e ao trabalho a desempenhar pelos deputados municipais". -----

O membro Frederico Carvalho, em seguida, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, colocando-lhe algumas questões. Referindo-se a uma reunião recente entre a Junta de Freguesia de Alcáçovas e a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, referiu que haviam sido discutidos vários temas, mas que existiam pormenores que gostaria de ver esclarecidos. -----

Neste contexto, Frederico Carvalho informou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas tinha apresentado uma reclamação ao IP – Infraestruturas de Portugal, devido ao mau estado de conservação da Estrada Nacional 380, que liga Évora a Alcáçovas. Mencionou que sabia que, quando se chegava à estação, a estrada passava a ser a EN 257 (com alguma dúvida sobre o número exato). -----

A Estrada Nacional 380 era uma via de acesso rodoviário ao Concelho de Viana do Alentejo e, como já tinha dito ao Senhor Presidente na referida reunião, do ponto de vista da sinalização, a estrada encontrava-se "num estado lastimável."-----

Reconheceu que a responsabilidade pela manutenção da estrada não era do Município, mas defendeu que este deveria incentivar, da mesma forma que a Junta de Freguesia de Alcáçovas já tinha feito. "A força de um Município teria um poder de persuasão muito maior junto das entidades competentes, em comparação com o 'peso' de uma freguesia", afirmou. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, explicou que o que se estava a pedir era um esforço adicional para acelerar a resolução dessa situação, que coloca em risco a segurança de quem transita pela estrada, especialmente à noite, uma vez que não são visíveis nem o traço contínuo e descontínuo, nem as bermas. -----

Prosseguindo, mencionou que, associada à questão da rodovia, surgia também a questão da Estrada de Alcáçovas - Santa Catarina - Alcácer, que já estava sob a responsabilidade do Município, mas que necessitava de melhoramentos. Para resolver esta situação, o ideal seria uma articulação com o Município vizinho, de forma a "fazer-se metade/metade", como referiu.

Recordou que, no passado, a estrada era melhorada alternadamente, com o lado do Município de Viana sendo arranjado em algumas ocasiões e o lado do Município de Alcácer, em outras.

Acrescentou que, apesar de serem custos elevados, poderiam ser realizados alguns arranjos, beneficiando, assim a freguesia e consequentemente o Concelho. "Esta rodovia era de grande importância, pois proporcionava acesso às praias do Litoral Alentejano e impulsionava o comércio associado." -----

Relativamente à área da Saúde, perguntou se havia mais alguma informação para além da transmitida na reunião entre os dois órgãos. Referiu que tinham tido boas notícias e manifestou interesse em saber se o Senhor Presidente poderia acrescentar alguma informação adicional sobre os Recursos Humanos, em particular no que diz respeito aos médicos associados à Unidade de Saúde de Alcáçovas."-----



Relativamente aos Parques Infantis, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas informou que, no ano anterior, a Junta tinha instalado o Parque Infantil da Lage e que, o mais tardar até agosto deste ano, instalaria um Parque Infantil no Rossio, em Alcáçovas. Nesse contexto, mencionou que gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre os Parques Infantis do Bairro dos Barrancões e da Santinha, cuja remodelação havia sido acordada como responsabilidade do Município, compromisso assumido na altura em que suspendeu o mandato. Reforçou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas continuaria a cumprir com as suas responsabilidades, mas gostaria de saber se havia alguma novidade sobre esses Parques. -----

No seguimento do que tinha sido mencionado por um colega do Partido Socialista, nas freguesias de Viana e Aguiar, também estava prevista alguma remodelação dos parques Infantis. -----

Ainda sobre este tema, referiu-se ao Parque Infantil que existiu, no passado, na Escola Básica de Alcáçovas e que, à época, deu origem a um impasse entre a Junta de Freguesia de Alcáçovas e a Câmara Municipal." -----

Sobre o assunto, perguntou se havia alguma novidade ou se se estava a aguardar a remodelação do edifício e do Parque Escolar. -----

A terminar a sua intervenção, referiu que era uma pessoa muito teimosa e não podia deixar essa prerrogativa ao acaso, pelo que teria de fazer jus a isso e reiterar um pedido que há muito tempo reclamava: a legalização de dois edifícios." -----

Tal como teve oportunidade de referir nessa reunião, e aproveitando a ocasião, expressou o desejo de que houvesse a possibilidade de realizar reuniões frequentes com o executivo. Estiveram quatro meses sem qualquer encontro entre as duas entidades e, embora soubesse que nem sempre seria possível, falando em nome da Junta de Freguesia de Alcáçovas, sublinhou a importância de estreitar as relações e manter uma via de comunicação mais participativa e célere. -----

O membro Frederico Carvalho fez ainda referência à legalização da Cruz Vermelha e à legalização da ampliação do cemitério, salientando que este último representava um ónus significativo para a Junta de Freguesia de Alcáçovas. Independentemente dos recursos humanos disponíveis no Município, caso fosse necessário contratar um técnico específico para esse fim, a Junta de Freguesia de Alcáçovas estaria disposta a colaborar. Faltava pouco mais de um ano para o término do mandato, e o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas tinha o desejo de que este assunto fosse concluído dentro deste mandato, dignificando e valorizando, assim, as duas Instituições. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, em resposta às questões colocadas, informou que pediria ao Senhor Presidente da Câmara que interviesse para emitir sua opinião e os comentários que julgasse pertinentes. -----

Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia fez referência a uma questão colocada diretamente pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia

Em relação à plataforma Gestiona, destacou-se que “o sentimento era transversal a todos os eleitos”. Ressaltou, contudo, que, no seu caso, não costumava enfrentar problemas de acesso



e que, em condições normais, o programa funcionava adequadamente. No entanto, quando havia várias substituições, como ocorreu naquela sessão, o sistema tornava-se mais instável. Salientou, ainda, que a terminologia utilizada não era a mais adequada para aquele tipo de funcionamento e que não se apercebera de que os documentos continuavam disponíveis, uma vez que costumava descarregar os seus e não voltava à plataforma. -----

Neste contexto, interveio a membro Cecília Lopes, que informou ter recebido uma “declaração de abstenção” por não ter acedido à página no prazo previsto (26 de dezembro, às 00:00 horas). Lamentou a situação e frisou que, embora tivesse sido de “sua vontade integrar aquele órgão autárquico”, a sua vida não era aquilo”. Em sua opinião, os documentos deveriam permanecer disponíveis, pois os membros daquele órgão tinham todo o direito de aceder, o que não ocorreu no seu caso. Relatou que esteve em contacto com o Município na manhã de quinta-feira, conversando com as técnicas Sandra e Salomé, que resolveram o problema da melhor forma possível, disponibilizando-se para enviar os documentos por e-mail. Informou que possuía o link que lhe foi enviado, mas não estava notificada na plataforma.” O programa não pode funcionar assim” - afirmou. Para concluir a sua intervenção, sugeriu que fossem utilizados outros meios. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a intervir, afirmando que a única coisa que poderia fazer era pedir ao Senhor Presidente da Câmara que tentasse perceber, junto dos técnicos responsáveis, o que seria possível fazer para melhorar o funcionamento do sistema e permitir que a documentação permanecesse disponível por mais tempo, se possível até que as questões operacionais estivessem resolvidas. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que iniciou cumprimentando todos os presentes. Agradeceu ao membro José Oliveira pelas palavras de reconhecimento, salientando que “não era necessário esse agradecimento, pois estaria sempre disponível para prestar a ajuda que fosse necessária”. Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara saudou o membro José Oliveira, realçando a coragem de estar presente naquela sessão, pois, ele “não sabia se seria capaz de o fazer.” -----

Relativamente às considerações do membro Manuel Rafael, o Senhor Presidente iniciou a sua intervenção informando que, no que diz respeito ao Jardim do Rossio, não havia, no momento, previsão para intervenções significativas, limitando-se apenas à manutenção. No entanto, na segunda-feira seguinte, um grupo de jardineiras seria responsável pelos melhoramentos necessários. “O trabalhador que estava responsável por aquele jardim, há muitos anos, não tinha feito muito além de apanhar laranjas” disse. Salientou, ainda, que, estando prestes a reformar –se, o serviço seria reestruturado, sendo designada uma pessoa mais dinâmica para melhorar aquele espaço, que merece “a sua dignidade.” -----

Quanto ao assunto dos Parques Infantis, informou que estava nas mãos do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos a realização de alguns ajustes necessários para lançar o concurso. Os orçamentos já haviam sido solicitados, e tudo estava pronto para avançar com a requalificação dos Parques Infantis do Concelho de Viana do Alentejo. -----

Referindo-se à reposição dos lancis no Santuário, o Senhor Presidente informou que seriam repostos os que faltavam, algo que já deveria ter acontecido. No entanto, como era de conhecimento geral, ainda era necessário colocar várias camadas de terra, e por isso o trabalho



estava a ser aguardado, a fim de evitar que fosse necessário refazê-lo posteriormente. Além disso, a própria configuração do espaço já dava a impressão de que o local não estava concluído, agravado pela ausência dos lancis. O Senhor Presidente acrescentou que, com a aproximação das datas festivas, seria necessário colocar os lancis temporariamente, para melhorar a apresentação do espaço, retirando-os depois." -----

Esclarecendo a situação do Bairro Social de Aguiar, em resposta à questão colocada pelo membro Manuel Rafael, o Senhor Presidente afirmou que “nada lhe indicava que o projeto não fosse ser concluído”. Apesar das informações veiculadas nas redes sociais, o projeto estava em execução, e a parte final deveria ser entregue no final da próxima semana, já com as alterações necessárias. Foram consultados os vereadores e a Junta de Freguesia, e, portanto, houve uma dedicação significativa a este projeto - afirmou." -----

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, afirmando que “era realmente uma pessoa teimosa”. Explicou que tinha sido realizada uma reunião entre a Junta de Freguesia de Alcáçovas e a Câmara Municipal, e que, naquela ocasião, as mesmas questões tinham sido levantadas novamente. O Senhor Presidente corrigiu a data da reunião anterior, esclarecendo que tinha ocorrido há três meses, e não há quatro. Dada a proximidade temporal entre as reuniões, considerou que não valia a pena repetir os mesmos assuntos, caso contrário, tais encontros perderiam a sua utilidade." -----

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que, embora esses assuntos já tivessem sido discutidos entre os dois órgãos, responderia às questões colocadas. Relativamente à reclamação feita pela Junta de Freguesia à IP – Infraestruturas de Portugal, informou que a Câmara se associava a essa decisão, apresentando também a sua própria reclamação. Embora não fosse uma estrada sob responsabilidade da Câmara, destacou que o mais importante era garantir que “as coisas funcionassem bem no nosso Concelho” - -----

Em relação à Estrada de Santa Catarina, a única alternativa possível era realizar reparações, pois a Câmara não dispunha de recursos financeiros para uma requalificação completa da estrada, como seria necessário. A estrada tinha um extenso histórico de intervenções e alcatroamentos, e, por isso, a solução mais viável seria melhorar pequenos troços. -----

No que diz respeito aos Centros de Saúde, o Senhor Presidente da Câmara mencionou que o início das obras estava previsto para a última quinzena de junho. Contudo, devido a um "pequeno atraso de papéis", tudo indicava que as obras começariam no início de julho, tanto no Polo de Saúde de Alcáçovas como no de Aguiar. Referiu também que a parte que ainda faltava concluir do Centro de Saúde de Viana tinha o projeto praticamente pronto, pelo que, em breve, seria lançada essa obra, embora não pudesse, de momento, adiantar prazos. Ainda neste contexto, o Senhor Presidente da Câmara informou que, no início do mês de julho, teríamos a entrada de novos profissionais de saúde (médicos e médicas) no nosso Concelho, embora não fossem médicos de família. Esses médicos, colocados através de uma empresa, seriam rotativos e dariam consultas nas freguesias de Viana do Alentejo e Alcáçovas, enquanto um atenderia em Aguiar. No entanto, não foi possível determinar a periodicidade dessas consultas- disse. -----



Continuando a sua intervenção, salientou que, assim como havia sido feito anteriormente com o médico que prestou serviço no Concelho, a Câmara iria suportar as despesas de alojamento dos novos profissionais, atendendo a uma das condições impostas por eles. Disse ainda que “era o que a Câmara podia fazer”, pois não dispunha de capacidade financeira para agir como outras Câmaras do Alentejo, que, além de oferecerem alojamento, contribuem também com um valor monetário. -----

Reportando-se à legalização dos edifícios (Cruz Vermelha e Cemitério), o Senhor Presidente afirmou que não dispunha de técnicos suficientes para realizar esse trabalho. Disse compreender que o Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas “defendesse a sua freguesia”; contudo, salientou que as legalizações não eram uma necessidade exclusiva de Alcáçovas. Exemplificou que a Junta de Freguesia de Aguiar, a Junta de Freguesia de Viana, os Bombeiros de Viana, entre outros, também possuíam edifícios que necessitavam de legalização, situação que se arrastava há muitos anos. -----

Em relação à falta de técnicos para este trabalho, explicou que isso se devia ao fato de a Divisão de Administração Urbanística e Processual estar a desempenhar um bom trabalho, conseguindo “dar saída ao mesmo número de processos que entram”. De qualquer forma, afirmou que estava nos seus planos resolver esses assuntos e informou que já havia sido aprovada, em reunião de Câmara, a abertura de uma vaga para um arquiteto. Essa medida, explicou, contribuiria para facilitar o trabalho do Chefe de Divisão, permitindo que ele fosse libertado para outras tarefas. -----

A terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente manifestou-se acerca da Plataforma Gestiona, referindo que, também no decorrer das reuniões de Câmara, existiam alguns problemas, “até embaraçosos”, que os levavam a perder algumas horas. Disse ainda que esta plataforma de trabalho, sendo nova em Portugal, estava a ser bem aceite e atualizada com muita frequência. Apelou para que todos tivessem um pouco de paciência até que o sistema começasse a funcionar plenamente. -----

Quanto ao fato de os documentos desaparecerem, afirmou não concordar com essa situação. Em sua opinião, os documentos deveriam ser mantidos para sempre e “não mais tempo”. Acrescentou que iria transmitir essa posição aos técnicos, até porque o uso de papel já era pouco frequente. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Manuel Rafael. Este membro esclareceu que, ao mencionar os lancis, não se estava a referir à ideia de adicionar mais camadas de terra ao espaço, mas sim à retirada dos lancis que, segundo ele, contrariava a filosofia original do projeto. O propósito inicial da obra, explicou, era criar um espaço livre de obstáculos, permitindo uma vista panorâmica do Santuário sem a presença de carros estacionados à frente. -----

Em seguida, o membro salientou que a remoção dos lancis para facilitar atividades promovidas pela Câmara resultava na abertura de um caminho que permitia aos carros chegar até à porta do Santuário, o que estava a agravar a situação, pois aumentava o estacionamento de veículos naquela área. -----

Relativamente ao Bairro de Aguiar, expressou a sua preocupação, mencionando um evento relacionado com a cerimónia de apresentação dos projetos em Évora. Mostrou-se apreensivo



com o término do prazo e a execução das obras, e que, naturalmente deixaria preocupadas as pessoas que lá vivem. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, que afirmou discordar do que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas e pelo Senhor Presidente da Câmara em relação à questão da “teimosia”. O Presidente da Assembleia referiu que “quando os políticos abordam determinados assuntos recorrentemente, é porque possuem uma forte convicção e não estão dispostos a desistir”. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, que respondeu tratar-se de “uma questão de perspetiva”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia voltou a intervir, salientando que “era também uma questão de coerência”, acrescentando que “um político que repetia muitas vezes a mesma coisa tornava-se cada vez mais raro, e, por isso, a coerência era um valor a preservar”. -----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a sua intervenção, esclarecendo que nem ele, nem o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, quando se referiam à “questão da teimosia”, o faziam de forma depreciativa. Ressaltou ainda que ambos já se conheciam e trabalhavam juntos sem qualquer tipo de problemas. -----

Dirigindo-se ao membro Manuel Jorge, o Senhor Presidente da Câmara manifestou a sua concordância em relação aos lancis, mencionando que “estavam a criar mais uma entrada para o Santuário”. Acrescentou que ele próprio costumava passar frequentemente por aquele local e constatava que o problema se tinha agravado. Por isso, considerava que talvez fosse necessário recolocá-los temporariamente, para depois serem retirados. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Câmara expressou a sua preocupação com o Bairro Social de Aguiar, afirmando estar “ofendido com o que se tinha passado”, pois considerava tratar-se de uma das maiores injustiças que presenciou desde que assumiu o cargo. Nesse contexto, referiu-se à assinatura dos “acordos” realizada na CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo – com 25 municípios, cuja legalidade questionou. -----

O Senhor Presidente da Câmara declarou que o Governo havia assinado “acordos” antes mesmo de as candidaturas serem analisadas. “Isto, para mim, é grave!” – exclamou.

Acrescentou ainda que o Governo convocou as Câmaras Municipais por ordem de entrada das candidaturas, uma prática que, segundo ele, nunca antes havia sido adotada. Explicou que essa estratégia era usada para desempatar no caso de candidaturas que obtivessem a mesma classificação. -----

Manifestando a sua discordância, afirmou que, apenas agora, após a assinatura dos “acordos”, as candidaturas seriam analisadas nos próximos 90 dias. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que, “de qualquer forma, ninguém lhe comunicou que as candidaturas tinham sido rejeitadas”. Observou ainda que o Governo assinou os “acordos” com 25 municípios, mas que outros 47 permaneciam na mesma situação do Município de Viana. -----

O Senhor Presidente afirmou que “ninguém disse que a obra não se iria realizar ou que a candidatura tinha sido rejeitada”. Explicou que uma parte da Estratégia Local de Habitação já estava aprovada, com um montante de cerca de 2,5 milhões de euros, o que permitiria cobrir,



pelo menos, 55% ou 60% do custo da obra. Acrescentou ainda que acreditava na possibilidade de obter financiamento através do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência. No entanto, mesmo que tal não acontecesse, garantiu que a obra “não ficaria por fazer”, uma vez que a Câmara de Viana, felizmente, se encontra numa situação económica sólida e com capacidade de endividamento. -----

O Senhor Presidente também mencionou que, caso fosse necessário, recorreria ao BEI – Banco Europeu de Investimento, seguindo o exemplo de outras Câmaras. Salientou que, embora a contratação de um empréstimo implicasse a sua posterior amortização, isso não comprometeria a concretização do projeto do Bairro Social de Aguiar. -----

O Senhor Presidente reiterou a sua insatisfação com os acontecimentos relacionados a este assunto, atribuindo a responsabilidade ao atual Governo. Afirmou que este “tinha realizado uma manobra”, uma vez que o PRR no Alentejo e no Algarve apresentava uma execução de apenas 5%. Segundo ele, para aumentar esses índices de execução, o Governo tomou medidas que considerou injustas, contudo, isso “não o impedia de continuar a lutar por aquele loteamento”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e questionou o Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas sobre os assuntos esclarecidos pelo Senhor Presidente da Câmara, perguntando se essas eram todas as explicações ou se ainda havia outros temas a abordar. -----

O Senhor Presidente da Junta respondeu que havia duas questões. Uma delas dizia respeito a um tema já abordado pelo Senhor Presidente, relacionado com as novidades sobre o Centro de Saúde e os Recursos Humanos. O Senhor Presidente esclareceu que existia uma casa arrendada e disponível para os profissionais de saúde. Sobre este tema, que também se ligava à Estratégia Local de Habitação, o Senhor Presidente da Junta manifestou o seguinte “Se não havia habitações próprias em Alcáçovas e, considerando que o Senhor Presidente mencionou a intenção de candidatar Viana e Aguiar à Estratégia Local de Habitação, mas não Alcáçovas, isso era algo a lamentar.” Acrescentou que, embora houvesse provavelmente razões para tal decisão, ele não as conhecia. -----

O Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas também afirmou que, caso houvesse habitações municipais em Alcáçovas, estas poderiam ser utilizadas não apenas para a questão dos profissionais de saúde, mas também para outras situações, como “violência doméstica”, “apoio a menores”, entre outras, servindo como uma solução temporária em momentos de necessidade. -----

No decorrer da sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas destacou o sucesso do evento Festival “Ponto & Alto”, realizado no Paço dos Henriques, que contou com a presença do Senhor Presidente da Câmara, da Senhora Enfermeira Gertrudes Garcia e da Professora Célia Sabino. -----

Aproveitando o momento, e em defesa da valorização do Cante Alentejano, o Senhor Presidente da Junta sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara, utilizando a sua representação na CIMAC, que fosse organizado um festival comemorativo dos 10 anos de classificação do Cante Alentejano como Património Imaterial da Humanidade. -----

O objetivo seria promover a identidade e a cultura do Alentejo, valorizando o importante legado dos grupos corais do Concelho. Referiu ainda que, frequentemente, o Poder Central



tende a privilegiar outras manifestações culturais alheias ao nosso território, sublinhando que este património é "inegavelmente do Alentejo". -----

Ao finalizar, afirmou que o Senhor Presidente “faria o que entendesse”, mas deixou a proposta registada, reforçando a importância de que “na lógica da Administração Regional se valorizasse o Cante Alentejano”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Nuno Grave, que referiu trazer três temas para os quais gostaria de obter esclarecimentos por parte do Senhor Presidente. ---

Relativamente ao primeiro assunto, embora já tivesse sido abordado pelo membro Manuel Rafael, o membro Nuno Grave mencionou desejar informações adicionais. Referiu que tinham conhecimento de que, em fevereiro de 2024, o executivo tinha cessado contrato com a empresa responsável pela manutenção da Quinta da Joana, bem como da área envolvente do Pavilhão Gimnodesportivo e das Piscinas de Viana do Alentejo. Informou ainda que esta empresa cobrava 2.030 euros mensais, mais IVA, para a execução destes serviços. -----

Este membro referiu que tinham constatado que o Município apresentava algumas dificuldades em garantir, de forma atempada, as manutenções destes e de outros espaços verdes. -----

Nesse contexto, colocou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara:

- O contrato com a empresa foi totalmente cessado ou apenas parcialmente?
- Os trabalhadores que, na semana em curso, realizaram a manutenção dos espaços verdes na freguesia de Viana do Alentejo pertencem ao Município ou são de alguma empresa privada? -----

O membro Nuno Grave colocou uma questão relativa ao Tanque da Barca. Para contextualizar, recordou a Lei n.º 107/2001, que regulamenta o Património Cultural, estabelecendo as bases do regime de proteção e valorização do Património Cultural. Mencionou, ainda, um excerto relevante dessa legislação, sublinhando a importância de garantir a proteção desse elemento patrimonial específico. -----

O membro Nuno Grave referiu que era do conhecimento de todos que os tanques, tanto em Aguiar como em Viana do Alentejo, não tinham classificação de interesse municipal. Contudo, afirmou que esses imóveis representavam uma enorme herança e valor cultural para o Município. Nesse sentido, expressou a sua preocupação com as soluções aplicadas nas coberturas desses tanques, afirmando que estas representavam um total desrespeito pelo território onde estavam inseridos -----

Acrescentou que tinha sido identificada uma oportunidade significativa, considerada uma “oportunidade de ouro”, para o Município dar o exemplo de como realizar a reabilitação de um imóvel com valor histórico. No entanto, o Município optou por soluções que, em vez de valorizar, acabaram por desvalorizar e descaracterizar a paisagem, afetando elementos como o Tanque da Barca, em Viana do Alentejo. -----

Ao concluir a sua intervenção, o membro Nuno Grave recordou que, durante a sessão da Assembleia Municipal realizada em 8 de setembro de 2023, após uma intervenção do membro Manuel Rafael sobre Reabilitação Urbana, o Senhor Presidente respondeu: -----



“Fariamos se tivéssemos apoio. Toda a gente sabe que, neste momento, as candidaturas não abriram nem vão abrir tão depressa.” -----

Acrescentou, ainda, que ele próprio tinha feito uma intervenção na qual destacou que, “em detrimento da Reabilitação Urbana e dos Centros Históricos das nossas vilas, o executivo deu prioridade ao Centro Interpretativo de Olaria e Cerâmica, em Viana do Alentejo.” -----

O membro Nuno Grave relembrou, também, que o Senhor Presidente tinha esclarecido que “não havia financiamento para a Reabilitação Urbana, nem havia nenhum aviso para isso, nem vai haver nos próximos anos.” -----

Aludindo à reunião de Câmara de 5 de junho de 2024, o membro Nuno Grave referiu que o tema da “Regeneração Urbana” tinha sido discutido, assim como as opções tomadas pelo Senhor Presidente. Após essa discussão, tornou-se evidente, segundo este membro, que o Município poderia ter priorizado a Regeneração Urbana no Plano de Ação submetido à CIMAC. -----

Na reunião citada, o membro Nuno Grave afirmou que o Senhor Presidente tinha mencionado, em determinado momento, que “era preciso tomar opções. Havia uma parte do Concelho que já estava requalificada, e era necessário priorizar Zonas Industriais, o Ciclo Urbano da Água, entre outros projetos.” -----

Quanto a esta decisão do Senhor Presidente, Nuno Grave destacou que tal escolha “retirava à vila de Aguiar a possibilidade de iniciar a 1ª fase de Reabilitação Urbana e também impediria que as vilas de Alcáçovas e Viana do Alentejo dessem continuidade a este trabalho, que já tinha sido iniciado pelo executivo anterior.” -----

Por fim, referiu-se aos avisos que iam sendo divulgados e referiu que os projetos poderiam ser preparados e candidatados. Sublinhou que o mais importante era garantir que esses projetos fossem estruturados de forma adequada, para que pudessem ser submetidos atempadamente assim que os avisos fossem publicados. -----

O membro Nuno Grave questionou ainda o Senhor Presidente sobre os “projetos em carteira” relacionados com Eficiência Energética, Valorização do Património Cultural, Apoio ao Emprego e Empreendedorismo, bem como Mobilidade Sustentável. -----

O Senhor Presidente da Câmara, ao usar da palavra, respondeu ao Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas, esclarecendo que, no âmbito da Regeneração Urbana, estavam previstos 22 fogos em Aguiar e 4 ou 5 em Viana do Alentejo. No entanto, em Alcáçovas, não havia edifícios contemplados. Foi mencionada, contudo, a possibilidade de incluir a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas na Estratégia Local de Habitação, o que não ocorreu devido à desistência da instituição por razões económicas. -----

O Senhor Presidente da Câmara também recordou que este tema havia sido tratado pelo executivo anterior, que determinou os edifícios a serem beneficiados por aquele plano de ação. Em resposta às questões colocadas pelo membro Nuno Grave, o Senhor Presidente da Câmara explicou que o executivo tinha cessado o contrato com a empresa responsável pela manutenção da Quinta da Joana, bem como da área envolvente do Pavilhão Gimnodesportivo e das Piscinas de Viana do Alentejo. Justificou esta decisão afirmando que a empresa “falhava com muita frequência”, uma situação que perdurava há bastante tempo. Quando o atual



executivo iniciou funções, foi exigido que houvesse um cumprimento rigoroso das regras, caso contrário, o contrato seria rescindido – explicou o Senhor Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a empresa ainda realizou um trabalho de limpeza após a conversa com o executivo, mas, depois nunca mais retornou. O contrato foi terminado quatro meses depois, e o executivo não fez questão de renová-lo.-----

Salientou que havia dificuldades nesta área, devido à falta de trabalhadores para o serviço de jardinagem. Apesar disso, afirmou que "as coisas estavam mais ou menos", e que, inclusive, o espaço da Quinta da Joana, embora apresentasse algumas ervas, já não se comparava ao estado em que se encontrava anteriormente, quando a manutenção era feita pela referida empresa. -----

Em relação à intervenção nos tanques, o Senhor Presidente afirmou que, "se levassem a rigor a opinião do membro Nuno Grave, apenas arranjariam um tanque". A opção do executivo baseou-se no valor recebido para a intervenção, que incluía a remoção de amianto dos outros tanques. -----

O Senhor Presidente explicou que, se fosse requalificado apenas um tanque – o Tanque da Barca, por exemplo, considerado o "mais emblemático" – com todos os recursos disponíveis, não seria possível requalificar mais nenhum. -----

No entanto, afirmou que esta situação não era a que mais lhe agradava, mas que teve de tomar decisões. Considera que fez a melhor escolha, pois "só podia ir até onde tivesse dinheiro", pelo que era preferível intervir no que fosse possível do que "deixar cair o edifício", como era o caso do telhado do Tanque da Barca. -----

Em relação à Regeneração Urbana, o Senhor Presidente afirmou que continuava sem ter conhecimento de avisos para este fim, "nem se ouvia falar nisso". Referiu ainda que tinha saído a 2ª fase, mas que ela era direcionada para um único concelho, assim como acontecia com a Requalificação das Escolas, que era especificamente destinada ao concelho de Viana. O Senhor Presidente clarificou que a Regeneração Urbana e o Ciclo Urbano da Água são coisas diferentes. No entanto, através do Ciclo Urbano da Água, seria possível realizar algumas intervenções no âmbito da Regeneração Urbana. -----

O Senhor Presidente afirmou que considerava ter tomado uma boa decisão, uma vez que a Câmara dispunha de cerca de um milhão de euros para este processo e sublinhou que, ao negociar o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, apresentava aproximadamente 26 milhões de euros em obras para o Concelho de Viana e "saiu com cerca de 3 milhões", o que o obrigou a fazer opções. -----

Em relação à escolha da "Olaria" em detrimento da Regeneração Urbana, referiu que não havia comparação em termos de valores monetários, uma vez que os projetos para a Regeneração Urbana custavam mais de 1 milhão de euros. Além disso, era necessário adaptar os valores do Pacto às necessidades do Concelho, que não se restringiam apenas à água; a cultura e as tradições também eram aspetos importantes para a comunidade. -----

Durante sua intervenção, o Senhor Presidente mencionou a qualidade da água no Concelho de Viana do Alentejo, afirmando que "não eram necessários os apoios da Regeneração Urbana para que a água chegasse com qualidade à torneira das pessoas". As análises realizadas comprovavam essa situação. -----



O membro Nuno Grave voltou a intervir para questionar os projetos que o Município tinha preparados nas áreas de Eficiência Energética, Valorização do Património Cultural, Apoio ao Emprego e Empreendedorismo, e Mobilidade Sustentável. -----

O Senhor Presidente respondeu que não havia projetos concretos preparados para essas matérias. Alguns estavam apenas em fase de consideração, mas ainda não estavam em execução, pois havia outras prioridades, como a Zona Industrial de Aguiar e a obra do Centro de Saúde, sendo que esta última não estava prevista. -----

Terminadas as intervenções, entrou-se no primeiro período de intervenção do público. -----

Não havendo intervenções, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Ponto dois) Apreciação da Informação escrita sobre a atividade da Câmara – Relativamente à informação escrita sobre a atividade da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, de forma a prestar os esclarecimentos que achasse convenientes. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que nada tinha a acrescentar, mas que estava disponível para explicar alguma dúvida que surgisse. -----

O membro João Antunes interveio para se referir ao Procedimento Concursal para a contratação de Nadadores Salvadores, no qual estavam previstos três postos de trabalho, mas apenas uma candidata havia iniciado funções no dia 26 de junho de 2024. Nesse sentido, o membro João Antunes questionou como o executivo iria “fazer frente” a esta situação, uma vez que a segurança nas piscinas do nosso Concelho era uma questão muito importante. -----

O membro João Antunes perguntou sobre o Concurso do Quartel da GNR, mencionando que houve apenas um concorrente e o contrato não tinha sido assinado, pelo que gostaria de obter mais informações a respeito deste assunto. -----

Em seguida, o membro Nuno Grave interveio, fazendo referência ao processo da Dra. Maria D’Aires Vilela, incluído na Informação dos Processos Judiciais em curso. Uma vez que um dos parágrafos desse documento suscitou dúvidas, o membro Nuno Grave solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara quanto ao ponto de situação do mesmo. ---

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder ao membro João Antunes sobre o concurso para Nadadores Salvadores, esclarecendo que, na primeira abertura, não houve candidatos e, na segunda, houve apenas um concorrente. Acrescentou que “não havia Nadadores Salvadores em lado nenhum” e que a solução encontrada foi contratar profissionais por avença. -----

Acrescentou ainda que foi feita uma tentativa através de uma empresa, que cobrava 16 mil euros por 70 dias para dois Nadadores Salvadores, mas o executivo “achou por bem” não avançar com essa opção, preferindo a contratação por avença, que terá um custo estimado de 5 a 6 mil euros. -----

No que diz respeito ao concurso para o Quartel da GNR, o Senhor Presidente da Câmara informou que houve três concorrentes: dois apresentaram propostas de 1 euro e um apresentou uma proposta de 2 milhões de euros. Contudo, o Protocolo celebrado com o MAI – Ministério



da Administração Interna previa um valor de 1 milhão e 200 mil euros. Assim, considerou-se que o concurso ficou deserto. Informou ainda que foi pedida uma audiência à Ministra e que se aguardava resposta. A intenção era propor uma “adenda com a diferença de valores” para viabilizar a obra do referido Quartel. -----

Em resposta ao membro Nuno Grave, sobre a dúvida relacionada ao processo da Dra. Maria D’Aires, o Senhor Presidente informou que “não sabia em que situação estava”. Explicou que o processo foi entregue aos advogados e que, até agora, “ninguém tinha perdido ou ganhado”. O parágrafo lido pelo membro Nuno Grave referia-se às alegações da Dra. Maria D’Aires e à resposta apresentada pelo advogado responsável pelo caso. -----

O membro João Antunes interveio novamente, referindo-se à recente nomeação do novo Chefe da Divisão de Cultura e Desporto, que iniciou funções na Câmara Municipal. Como membro da Assembleia Municipal, o membro João Antunes desejou felicidades ao novo Chefe, salientando que aquela Divisão desempenha um papel importante, sendo responsável pela preparação de inúmeras iniciativas de âmbito cultural e desportivo. -----

O membro João Antunes acrescentou ainda que, durante o período em que a Divisão de Cultura e Desporto esteve sem Chefe, era de enaltecer o trabalho dos Técnicos que executaram as tarefas da Divisão de forma eficaz e eficiente. Fez questão de evidenciar aqueles que assumiram maiores responsabilidades na dinâmica da equipa, como foi o caso do Técnico João Morais e de outros colaboradores que trabalharam com ele. -----

O Senhor Presidente da Câmara expressou a sua concordância com as palavras do membro João Antunes, afirmando que se associava à felicitação apresentada. Acrescentou ainda que, “ao contrário do que muitos diziam, havia profissionais muito bons na Câmara”. a dedicação desses profissionais, enfatizando que, na hora da verdade, eles estavam sempre presentes. ---

Ponto três) Proposta de atribuição de Despesas de Representação ao Chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social da Câmara Municipal de Viana do Alentejo-----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal mencionou que, por razões que todos conheciam, “não poderia nem deveria participar naquele processo”, tendo, por isso, declarado o seu impedimento. -----

Na ausência do Senhor Presidente da Assembleia, o membro Nuno Grave questionou se o Senhor Presidente da Câmara tinha algum esclarecimento a dar sobre o ponto em votação. --

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que se tratava de um procedimento normal nestas situações. -----

Não havendo mais intervenções, submetido a votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, José Oliveira, João Antunes, Manuel Jorge Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Fernando Brito e Silva e Frederico Carvalho) e seis votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Maria Teresa Gomes, António Grosso, Joaquim Teixoeira, Sara Rodrigues, Paula Maurício e Rosinda Gaio), aprovar a Proposta de atribuição de Despesas de Representação ao Chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social da Câmara Municipal de Viana do Alentejo -----

Ponto quatro) Proposta de atribuição de Despesas de Representação ao Chefe da Divisão de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Viana do Alentejo- O Senhor Presidente



da Assembleia perguntou se o Senhor Presidente da Câmara tinha algum esclarecimento adicional a prestar sobre o assunto em discussão. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, à semelhança do ponto anterior, não havia nada a acrescentar. -----

Votada, esta proposta foi aprovada, por maioria, com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Maria Teresa Gomes, Joaquim Teixoeira, Sara Rodrigues, Paula Maurício, António Grosso e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, José Oliveira, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho).-----

Ponto cinco) Proposta de aprovação da 18.ª alteração orçamental, que integra 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 2.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos -

O Senhor Presidente da Câmara interveio, afirmando que “não tinha muito a dizer sobre este assunto”. Explicou que os membros da Assembleia Municipal já possuíam os documentos e que, caso fosse necessário, ele tentaria esclarecer as questões levantadas, embora pudesse ter alguma dificuldade na parte técnica, mas comprometendo-se a explicar o que estivesse ao seu alcance. -----

Submetida a votação, a Assembleia deliberou aprovar, por maioria, com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Maria Teresa Gomes, Joaquim Teixoeira, Sara Rodrigues, Paula Maurício, António Grosso e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, José Oliveira, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho), a 18.ª alteração orçamental, que integra 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 2.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos: -----

Ponto seis) Proposta de aprovação da 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor -

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e explicou que a proposta vinha na sequência da necessidade urgente de substituir dois técnicos que saíram do Município, “pois havia serviços que, devido às suas características, não podiam ser adiados”. ----- Referiu ainda que estavam a proceder da mesma forma com todos os trabalhadores e que “não tinham fechado portas a ninguém”. As pessoas eram livres de seguir as suas vidas para fora-afirmou. -----

Prestados os devidos esclarecimentos sobre o assunto, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação. -----

A Assembleia aprovou, por maioria, com seis votos contra por parte da bancada do PS(Nuno Grave, José Nazaré Pereira, José Oliveira, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano), cinco abstenções por parte da bancada do VIVA(Cecília Lopes, Célia Sabino, Fernando Brito e Silva, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho) e sete votos favoráveis por parte da CDU (Estêvão Pereira, Maria Teresa Gomes, Joaquim Teixoeira, Sara Rodrigues, Paula Maurício, António Grosso e Rosinda Gaio) a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor. -----



O membro Nuno Grave, em representação dos eleitos do PS apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Os técnicos em mobilidade têm até 18 meses para consolidar, sendo este uma situação passível de ser resolvida com uma avença ou contrato limitado no tempo até esses lugares estarem consolidados. Não concordamos que os lugares abertos sejam preenchidos de imediato por tempo indeterminado, facto que no futuro irá trazer, certamente, mais encargos financeiros ao Município.

Com este sentido de voto, a bancada do Partido Socialista mostra coerência relativamente a este Mapa de Pessoal votado em dezembro de 2022, em que na altura alertou para aos riscos financeiros que o mesmo podia representar.

Em sentido contrário, o VIVA, ao abster-se demonstra aqui uma enorme incoerência, quando em dezembro de 2022, votou contra este Mapa de Pessoal, fazendo, inclusive, uma declaração de voto, onde alertava para os riscos de sustentabilidade financeira do Município. Alertas esses referidos na ata que ainda há pouco aprovámos, do dia 30 de outubro de 2023.” -----

O membro Cecília Lopes, em representação da bancada do VIVA interveio e disse que “não havia incoerência, havia situações excepcionais que tinham de ser tratadas dessa forma.” -----

Em Seguida, apresentou a declaração de voto relativamente ao ponto em causa: -----

-“A posição do VIVA neste ponto vai na mesma linha de posição do Vereadora do VIVA, António Costa da Silva, na reunião da Câmara porque há uma importância enorme em manter o funcionamento da Biblioteca de Viana como até aqui e que o Município tenha alguém na área Administrativa Orçamental para os trabalhos continuarem, Essas áreas não podem ficar desprovidas de pessoal. No entanto, lembramos que forma colocadas duas condições para esta nossa posição:

- Quem sai agora para mobilidade, caso não regresse, os seus lugares serão extintos.
- Caso regressem, esses lugares serão compensados por quem sair para a aposentação.

Este foi um compromisso estabelecido pelo executivo a título de permanência.”

Por isso era uma exceção e tem de ser tratada como tal. Não é falta de coerência-disse. -----

Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. Não se verificou qualquer intervenção. Passou –se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade. -----

Declarou encerrada a sessão às vinte e três horas e quinze minutos do dia 28 de junho de 2024.

Aprovada a 30 de dezembro de 2024



O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
